



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Eixo temático: Política Social e Serviço Social

### Sub-eixo: Política de Educação

# PARA ALÉM DA EXECUÇÃO DE AUXÍLIOS: REFLEXÕES SOBRE A POTENCIALIDADE DAS AÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REDE FEDERAL DE ENSINO

GABRIELLA DE SOUZA LOPES<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo é fruto de parte das reflexões elaboradas durante o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e busca relatar a experiência de estágio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, campus São Gonçalo e ainda, como a dimensão político-pedagógica do Serviço Social propicia, na atuação na política de Assistência Estudantil, potencialidades para além da execução de auxílios.

**Palavras-chave:** Serviço social; Política de Assistência Estudantil; Estágio; Atuação profissional.

## ABSTRACT

This article is part of the reflections produced during the Course Conclusion Work (TCC) and aims to present the internship experience at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro, São Gonçalo campus, and also how the political-pedagogical dimension of Social Work enables potential in the Student Assistance policy beyond the execution of aids.

**Keywords:** Social Work; Student Assistance Policy; Internship; Professional practice.

## INTRODUÇÃO

Uma das áreas mais recentes em expansão para a atuação do assistente social é a Política de Educação e, sobretudo, a Política de Assistência Estudantil. Desse modo, torna-se

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

extremamente necessário debater a respeito dos limites e possibilidades sobre essa área de atuação, mediante as mudanças ocorridas nos últimos anos ao modo de produção capitalista e à formação sócio-histórica brasileira, principalmente após o período de reestruturação produtiva do capital e de acumulação flexível, que impactam diretamente a concepção de educação existente em nosso país. Na Política de Educação, o assistente social é requisitado para fortalecer a consolidação da formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, partindo de um padrão de escolarização que contribui para a reprodução do capital (CFESS, 2011).

Nesta esteira, segundo os “Subsídios para a atuação dos assistentes Sociais na Política de Educação”, a política de educação constitui-se como um conjunto de práticas que objetiva a internalização dos consensos necessários à reprodução da ordem vigente, ao passo em que também instaura possibilidades da construção histórica de uma educação de potencial emancipador.

Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais. Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais (CFESS, 2011, p.19).

Dessa forma, constitui-se como tarefa histórica e cabe aos sujeitos políticos da classe subalterna, via ação política, desenvolver processos de autoconsciência que os conduzam à construção de uma nova hegemonia, pautada nas necessidades e objetivos da classe trabalhadora. É nesse contexto engendrado pelo modo de produção capitalista que a Política de Educação se apresentou como espaço para a inserção e intervenção do Serviço Social, sendo este profissional requisitado para atuar na educação: básica, superior e educação profissional e tecnológica, mediando e administrando programas governamentais.

Na perspectiva orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social, o trabalho do assistente social nesta política, pressupõe ter como eixo norteador a concepção de uma educação de potencial emancipador, que pode ser potencializada, através de sua dimensão político-pedagógica (Abreu, 2016).

## 2. A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Na política de assistência estudantil, inserida na Política de Educação, o principal objetivo da atuação dos assistentes sociais, é garantir a permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Dessa maneira, os assistentes sociais atuam diretamente com atividades que visam minimizar questões que envolvem a evasão escolar e a frequência irregular, no âmbito da educação básica. Já na educação superior e profissional e tecnológica, esta depende de uma gama de programas que são amparados e definidos no Programa Nacional de Assistência Estudantil

Com atividades que tendem a minimizar as questões relacionadas à evasão escolar e à frequência irregular no âmbito da educação básica. Na educação superior e profissional e tecnológica, depende de um leque de programas que são definidos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010) e desenvolvidos nos referidos estabelecimentos educacionais (BRASIL, 2010 *apud* FÉRRIZ; ALMEIDA, 2019, p. 21).

Neste viés, a política de educação brasileira está voltada para a “inclusão” da classe trabalhadora na sociedade como maneira de qualificar a mão de obra - visto que o mercado só valoriza a força de trabalho, e é apenas a força de trabalho que a classe trabalhadora pode vender. Isso gera a urgência de atender, sobretudo, às necessidades da classe trabalhadora no que diz respeito ao campo da educação. É sob este prisma que debatemos a inserção do assistente social nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a permanência dos estudantes nestas instituições, de maneira que o acesso ao espaço educacional é dado ao discente, mas suas condições de permanência não são totalmente garantidas.

É neste cenário que se desenvolvem as políticas setoriais, dentre elas, o PNAES, as quais incorporam o assistente social no setor educacional. Com efeito, considerando a realidade brasileira – com traços coloniais, imperialistas e escravocratas<sup>2</sup> – compreende-se que a Educação no Brasil se constituiu sob o traço colonial brasileiro, expresso pelo racismo, machismo, patriarcalismo e classicismo, que, através de décadas, restringiram e expulsaram parcelas populacionais menos privilegiadas, as quais “não mereciam” o benefício do conhecimento, expressando-se, inclusive, na atualidade.

Contudo, é importante resgatar aqui o debate realizado pelo CFESS (2011) sobre o trabalho do assistente social na política de educação. Primeiramente, cabe ressaltar que as atribuições e competências dos assistentes sociais, são orientadas e norteadas pelos princípios,

---

<sup>2</sup> Para uma melhor compreensão do debate sobre a formação social brasileira, cf. Fernandes (1973).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

direitos e deveres postos no Código de Ética Profissional (1993), na Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/93), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

De maneira geral, com base na Lei de Regulamentação da Profissão (1993), as atribuições e competências dos assistentes sociais se configuram como: a capacidade de apreender criticamente os processos sociais de produção e reprodução das relações sociais na perspectiva da totalidade; de analisar o movimento histórico da sociedade brasileira e suas particularidades; de compreender o significado social da profissão; e, por fim, identificar as demandas presentes na sociedade a fim de elaborar respostas para o enfrentamento da questão social.

Para tanto, exige-se do/a profissional de serviço social uma competência teórica e política que se traduza em estratégias e procedimentos de ação em diferentes níveis (individual e coletivo), capaz de desvelar as contradições que determinam a Política de Educação [...] Exigências que resultam na ampliação do leque de ações profissionais para além das solicitações institucionais de realização de estudos socioeconômicos (CFESS, 2011, p.41).

No que tange à atuação voltada para a garantia da permanência dos indivíduos no ambiente educacional, destacam-se dois cenários: o primeiro, de desenvolvimento de ações articuladas ou decorrentes daquelas direcionadas à garantia do acesso; o segundo, diz respeito ao desenvolvimento de ações que se configuram através de políticas, programas e projetos específicos para atender a essa necessidade. Porém, muitas das requisições se configuram como extensões das atividades oriundas dos programas e projetos direcionados à garantia do acesso à educação, dando origem, nem sempre, a práticas integradas e articuladas (CFESS, 2011).

Trata-se, portanto, de uma dimensão que particulariza a inserção e a atuação de assistentes sociais na Política de Educação, que depende sobremaneira dos insumos institucionais e que, diante de sua diversificada e lenta forma de expansão, acentua a necessidade de que o trabalho profissional mobilize para além dos procedimentos técnico-instrumentais que já se encontram presentes em seu cotidiano, processos de articulação com as lutas sociais travadas pela ampliação das condições de permanência dos estudantes em seus diferentes momentos de formação (CFESS, 2011, p.43).

Portanto, torna-se evidente a urgência de desenvolver ações de estratégias de intervenção que ultrapassem os programas e projetos habitualmente executados, dependendo da área em que se está inserido. Desse modo, exige-se dos assistentes sociais a capacidade crítica de compreensão da realidade.

Uma outra dimensão que caracteriza a inserção e atuação profissional na política de educação, segundo o CFESS (2011), é aquela voltada para a garantia da qualidade da educação escolarizada. Portanto, há de se ter cuidado teórico, político e ideológico ao analisar esta dimensão da atuação profissional, pois pensar a qualidade da educação escolarizada requer



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

delinear, dentro do antagonismo de classes, qual a noção de qualidade se quer abordar. Neste sentido, a qualidade da educação que deve pautar a atuação profissional é aquela que está articulada com o PEP da profissão: que contribua para o potencial de emancipação humana e que não abra mão da apropriação da educação, pela classe trabalhadora, do acervo cultural, científico e tecnológico produzido por esta classe.

A qualidade da educação aqui referida, ao mesmo tempo em que envolve uma formação intelectual, também engloba

A produção e disseminação de um conjunto de valores e práticas sociais alicerçadas no respeito à diversidade humana e aos direitos humanos, na livre orientação e expressão sexual, na livre identidade de gênero, de cunho não sexista, não racista e não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica, fundamentais à autonomia dos sujeitos singulares e coletivos e ao processo de emancipação humana (CFESS, 2011, p. 44).

Dessa maneira, para que esse modelo educacional seja atingido e assegurado nos ambientes escolares, é necessário que exista uma articulação entre os diversos profissionais inseridos na referida política. Portanto, os trabalhos interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais contribuem para alcançar esse objetivo, na medida em que eles “convirjam em uma construção coletiva, profissional e política, distinta das formulações abstratas em torno da democracia e da cidadania, que impregnam não só o campo educacional” (CFESS, 2011, p.46).

Estas ações demandam a articulação do assistente social com algumas dimensões. São elas: abordagens individuais e junto às famílias dos estudantes ou trabalhadores inseridos na política; a intervenção coletiva junto aos movimentos sociais para o reconhecimento dos sujeitos coletivos e do direito a uma educação pública, laica e de qualidade em consonância com os interesses da classe trabalhadora; a dimensão investigativa da profissão, associada às demais dimensões do trabalho profissional; a inserção dos assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias que fomentem a participação dos usuários; a dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações quanto a direitos sociais e humanos; e, por fim, o gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços aos usuários (CFESS, 2011).

A exposição realizada até agora é o que fundamenta a ideia central a qual se têm neste trabalho: da potencialidade da atuação profissional, através da dimensão político pedagógica da profissão, nos Institutos Federais. Compreendendo a totalidade da relação ontológica entre as categorias trabalho e educação<sup>3</sup>, o papel que estas desempenham na sociedade brasileira, os

<sup>3</sup> Segundo Saviani (2007), há uma relação ontológica entre as categorias educação e trabalho que explica o surgimento do processo de dominação ideológica, resultante na exploração do homem pelo homem no âmbito do trabalho e como a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

elementos os quais constituem o Serviço Social e, por fim, as potencialidades da atuação profissional, é que conseguimos enxergar como a Rede Federal, a partir de sua expansão – e apesar das contradições existentes nesse processo – constitui-se como solo fértil para uma intervenção profissional crítica e alinhada aos interesses da classe trabalhadora.

## 2.1. Expansão da rede federal de ensino, PNAES e o serviço social

O documento “Concepção e Diretrizes” (2008), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) – que orienta a organização dos Institutos Federais – mostra não apenas como a Educação brasileira (enquanto política pública) é constituída sobre a dualidade de ter surgido com o intuito de suprir a necessidade do sistema capitalista em formar uma força de trabalho qualificada, como também de conseguir promover controle social através da elaboração de novas perspectivas de inserção no mundo do trabalho para a classe trabalhadora e suas famílias. E, por outro lado, de ser também um espaço de construção de saberes e conscientização da classe trabalhadora, inclusive, sobre seus direitos e acerca de sua função social.

Dentro desse cenário, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Janeiro (IFRJ) é inaugurado através da instituição da Rede de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e da criação dos Institutos Federais (IFs) a partir da implementação da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. A proposta inicial, segundo documentos do MEC, seria de atuar nos diversos níveis e modalidades de ensino. Cabe aqui reforçar que os IFs foram criados com o objetivo de ofertar educação profissional e tecnológica, a fim de subsidiar uma mão de obra qualificada, formada para o mercado de trabalho, de maneira que houvesse um desenvolvimento socioeconômico local.

O processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em 2008 foi o contexto no qual houve a adesão do Serviço Social nos Institutos Federais (Lima, 2017). Além disso, vale lembrar que esse é o mesmo ano em que o IFRJ “chega” ao município de São Gonçalo, justamente por conta desse espraiamento<sup>4</sup>.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) caracteriza-se como uma instituição de educação básica, superior e profissional, contida na rede federal de educação profissional e tecnológica (EPT), que se caracteriza por ser uma autarquia federal

---

educação possui papel fundamental neste processo, ao passo em que também contribui para a *humanização* dele mesmo, que dá origem à *práxis*, que consiste na capacidade racional, sensível que o homem possui ao realizar o trabalho, ou seja, na objetivação do mesmo. Para aprofundar o debate, cf. Saviani (2007) e Braz; Netto (2006).

<sup>4</sup> Para uma melhor compreensão sobre a criação dos Institutos, cf. Lima (2017).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

especializada em oferecer educação profissional e tecnológica em cursos variados, bem como se constitui como um espaço para pesquisa, inovação e extensão. Essa instituição multidisciplinar atualmente se apresenta espalhada no estado do Rio de Janeiro em 15 campi, sendo eles: Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda (MEC, 2008).

Resgatando os estudos de Lima (2017) e Garcia e Prada (2019), a partir da criação do PNAES em 2010 e da abertura de concursos públicos, período em que o atual da república, Luís Inácio Lula da Silva, apostava na Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, é que as assistentes sociais passam a ser requisitadas para atuar na execução do referido programa.

Para tanto, o Serviço Social utiliza esse programa como seu norteador, o qual contém o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010<sup>5</sup> como regulador, que admite enquanto tarefa para as instituições de ensino e para a equipe da assistência: ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Portanto, compete ao Serviço Social encontrar estratégias que visem a manutenção e democratização das condições de permanência dos alunos, a fim de evitar a retenção e a evasão estudantil por razões socioeconômicas e estruturais, bem como promover um espaço saudável e propício ao desenvolvimento intelectual, técnico, físico e psíquico dos usuários. Isso só pode acontecer através do desenvolvimento de relações humanizadas e cujas posturas sejam receptivas, abrindo perspectivas de diálogo, em contraposição a relações impessoais e distantes.

De modo geral, o Serviço Social atua nestas instituições administrando os recursos financeiros da rubrica orçamentária 2994, que são direcionadas especificamente para a Assistência Estudantil. Sendo assim, o Serviço Social tem uma relação direta com a garantia do acesso igualitário, laico, universal e democrático à educação pública de qualidade. Para que esses objetivos se concretizem, os profissionais devem realizar, para além da assistência estudantil

Ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter

---

<sup>5</sup> Além do Decreto nº 7.234/2010, orientam também a execução e financiamento deste programa os ofícios curriculares Nº 21/2011 e Nº 42/2011 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), que aprofundam as orientações contidas no decreto. Para uma avaliação detalhada, cf. Lima (2017).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (CFESS, 2011, p. 38).

Sob essa ótica, cabe destacar também que a assistência estudantil se constitui como um direito social e diz respeito ao conjunto de programas públicos que visam garantir condições de permanência nas instituições, cujo acesso deve se referenciar pela igualdade de condições. Nesse sentido, dispõe de marcos legais que fundamentam esses programas, são eles: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, regulamentada pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, implementado pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Em ambas as leis, o direito à educação está posto em sua plenitude, incorporando, assim, condições e meios necessários à permanência no ambiente escolar.

Do ponto de vista de sua formulação analítica, política de assistência estudantil assimila a contradição de classes inerentes à sociabilidade burguesa e admite o suposto de que a posição desigual e hierárquica vivida pelos trabalhadores constitui-se como um impedimento concreto à sua possibilidade de acessar o direito à educação pública. Do ponto de vista das instituições de ensino, tal política é vista como um investimento, explica-se: os elevados indicadores de evasão na Rede EPT fazem com que os custos para a oferta dos cursos sejam muito elevados, dada a baixa relação entre ingressantes e concluintes, esses custos se elevam ainda mais. Nessa perspectiva, a execução do PNAES otimiza o tempo de permanência dos discentes, possibilitando o aumento das taxas de conclusão dos cursos (Lima, 2017, p. 120-121).

Nesse viés, é importante delimitarmos aqui que as expressões da questão social<sup>6</sup> se reproduzem, inclusive, no ambiente escolar. Dessa maneira, a intervenção profissional é direcionada para esta realidade. Segundo Lima (2017, p. 122-123), no âmbito do PNAES, a assistência estudantil se dá através de alguns eixos e linhas de ação principais: assistência à permanência, desempenho acadêmico, cultura, lazer, esportes e assuntos da juventude. Essas ações dizem respeito à percepção dos gestores acerca das necessidades apresentadas por meio das entidades representativas dos estudantes, que elucidam as demandas produzidas a partir de sua inserção na vida acadêmica.

Dessa forma, as assistentes sociais, nos últimos anos, têm buscado ampliar sua intervenção na Assistência Estudantil dos Institutos Federais. Segundo Garcia e Prada (2019), o que torna isso possível é a compreensão ampliada do PNAES, de modo que se pensa o programa para além de mera focalização na transferência de renda para os estudantes, compreendendo, assim, a importância que as diversas áreas da vida do estudante possuem. Portanto, trabalhar

---

<sup>6</sup> De maneira geral, a “questão social” pode ser interpretada como a expressão das múltiplas desigualdades existentes na economia capitalista, tais expressões são resultado da sociabilidade pautada sob comando do capital – por meio da exploração, e não apenas como simples desdobramentos da de problemas sociais de ordem burguesa. Para aprofundar o debate, cf. Netto (2001).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

com a AE vai muito além de prover auxílios, “requer articulação com docentes, técnico-administrativos, comunidade externa e a família, para a consolidação dos direitos ao estudante” (Garcia; Prada, 2019, p. 91).

Cabe ressaltar que, ainda que se objetive concretizar uma atuação para além dos limites da focalização da política, existem limites e contradições. O critério de elegibilidade para um discente ser incluído em alguma modalidade do programa é que ele possua uma renda de 1,5 salário mínimo, reforçando, assim, a ideia de que a AE é apenas para “os que precisam”. O desafio se coloca, portanto, em atender essas requisições e ainda assim, conseguir elaborar outras ações. Ou seja, pensar numa intervenção que supera “o foco na distribuição dos auxílios e compreende os estudantes para além dessas necessidades financeiras, demandas importantes, mas não únicas” (Garcia; Prada, 2019, p. 91).

Dessa maneira, a pergunta que delimita essa análise é: como o Serviço Social pode atuar de maneira crítica, propositiva, e interventiva, dado o cenário de cortes orçamentários, desigualdades e demandas institucionais? É a essa pergunta que tentaremos responder dando pistas no próximo subitem.

### **3. PARA ALÉM DA EXECUÇÃO DE AUXÍLIOS: O RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO E AS POTENCIALIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

Durante a breve exposição realizada neste trabalho, pudemos destacar a importância da defesa da atuação profissional pautada e orientada pelos princípios do Projeto Ético Político Profissional, do Código de Ética Profissional (1993), da Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993 – que regulamenta a profissão – e os Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (2011). Essas premissas norteiam a atuação profissional para que, diante do contexto político e ideológico de ofensivas capitalistas, “contribua para a intensificação da luta pela educação como direito social, como prática emancipatória, e para a consolidação do Serviço Social na educação” (CFESS, 2011, p. 8).

Sob essa perspectiva, os estudos de Garcia e Prada (2019) nos dão pistas de como efetivar essa perspectiva. Dentro da ótica neoliberal e do sucateamento das políticas públicas, desde a década de 1990, o Brasil vem sofrendo um grave quadro de restrição de direitos, que englobam inclusive o acesso à educação e as condições de permanência no ambiente escolar. Os cortes orçamentários já se estabelecem como realidade no âmbito dos Institutos Federais. Portanto, se



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

por um lado é um desafio, por outro, é extremamente necessário pensar alternativas de enfrentamento a esse cenário. Segundo as autoras,

O desafio consiste em intervir nessa realidade para superar a intervenção focada numa visão reducionista da AE e superar as limitações institucionais impostas pela realidade, primando pelas competências profissionais e pelo compromisso com o projeto ético-político profissional (Garcia, Prada, 2019, p. 97).

Ou seja, temos o projeto profissional como ferramenta potencial de enfrentamento dessa dura realidade, pois esclarece objetivos, competências, atividades privativas e reconhece o espaço de trabalho e o exercício profissional, com objetivo de oferecer condições adequadas para o seu desenvolvimento. Dessa maneira, o assistente social pode contribuir para a

Compreensão da educação como política social em sua totalidade e que vai além da sala de aula. O trabalho com docentes, técnicos, famílias, estudantes e comunidade externa tem o potencial de superar a fragmentação e o entendimento da AE focada na transferência de renda. Além disso, possibilita a expansão das lutas sociais para além dessa pauta, ampliando-a para a qualidade da educação e para a luta geral dos trabalhadores dentro desse contexto inóspito de regressão de direitos (Garcia; Prada, 2019, p. 101-102).

Ou seja, ter clareza das atribuições, competências e da conjuntura existente na instituição é imprescindível para o posicionamento contrário às demandas institucionais que impedem a efetivação e ampliação dos direitos dos estudantes. Essa clareza, por fim, é possibilitada através da elaboração do projeto de intervenção profissional pelas assistentes sociais, construindo uma prática juntamente aos outros profissionais dos campi.

A exemplo desse *ethos* profissional a ser seguido, trarei aqui a experiência de estágio e de elaboração do Projeto de Intervenção que tive dos anos de 2019 a 2021 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus São Gonçalo, que fundamenta a ideia da potencialidade da atuação profissional dentro da perspectiva político-pedagógica da profissão, sendo este primeiro, o qual possibilita ter clareza das atribuições, competências e compromissos firmados entre a profissão e os interesses para além do capital (Garcia; Prada, 2019).

Até 2019, o Serviço Social do IFRJ/SG atendia a quatro demandas principais: direito à alimentação escolar para os alunos da Educação Básica, já que a instituição não dispõe de cantina ou restaurante; acesso à gratuidade escolar nos transportes públicos, um grande fator que contribui para evitar a evasão escolar; auxílio moradia; e, por fim, auxílio emergencial. Contudo, em 2020, o quadro da Política de Assistência Estudantil se alterou frente à pandemia da COVID-19. Enfrentamos, entre 2020 e 2023, um cenário de crise política e crise sanitária agravados no país. Como resultado dessas crises, enfrentamos um aprofundamento das desigualdades sociais – e da questão social – no nosso país. Nesse sentido, o ensino remoto foi

implementado nas instituições de ensino como medida paliativa enquanto durasse a pandemia, para que o isolamento social fosse cumprido de maneira mais rigorosa.

Dada esta realidade, surgiram novas demandas para os estudantes do IFRJ, como, por exemplo, a necessidade de implantação do auxílio conectividade, ofertado pelo IFRJ. Além disso, o Ministério da Educação (MEC)<sup>7</sup> também instituiu um programa para todos os Institutos Federais, chamado Brasil Conectado<sup>8</sup>; Através do empréstimo de tablets e chips para o acesso à internet, o auxílio conectividade no IFRJ teve por objetivo assegurar que os alunos tivessem condições de cumprir as atividades remotas.

O Brasil, que desde 2016 via a emergência de políticas retrógradas que radicalizaram a agenda neoliberal no seu contexto político e o desenrolar de uma crise estrutural do capitalismo no âmbito econômico, mergulhou numa verdadeira crise político-econômica-sanitária a partir de 2020. Economicamente, nos encontrávamos em um cenário de empobrecimento e desemprego em alta, além do sistema de saúde encontrar-se em colapso, impactando, também a política educacional brasileira.

Os fatores sociais de uma dada conjuntura ou estrutura não determinam o adoecimento, mas condicionam o processo de adoecimento; assim como o agravamento ou uma melhora do estado de saúde depende dos recursos e mecanismos que se tem para lidar com as situações que se impõem. É nesta esteira que se encontra a importância da ação do Serviço Social nessa demanda específica. É através dessa reflexão que, durante o período de estágio, eu e mais duas colegas graduandas, estagiárias de serviço social no IFRJ, elaboramos o Projeto de Intervenção intitulado “E fora dos *stories*, você tá bem?”.

O projeto justificou-se na necessidade de pensar numa intervenção diferente da usual, que consiste na mera implementação de auxílios financeiros e inscrições em editais. A ideia era criarmos um espaço de troca e acolhimento com os estudantes, a fim de compreender a realidade em que estavam inseridos na instituição, levando em conta que o sofrimento psíquico, muitas vezes, ocorre derivado do processo de institucionalização e, sendo o IFRJ/SG uma instituição, ela pode contribuir para tal adoecimento, primordialmente no período pandêmico

---

<sup>7</sup> RPN apóia MEC para disponibilizar internet móvel a estudantes de baixa renda. Disponível em: <https://www.rnp.br/noticias/rnp-apoia-mec-para-disponibilizar-internet-movel-estudantes-de-baixa-renda>. Acesso em: 13 de ago. de 2024.

<sup>8</sup> Brasil conectado. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/800-dias/brasil-conectado>. Acesso em 18 de jul. 2022.

Portanto, resgatamos aqui o pressuposto defendido por Garcia e Prada (2019), de que “o projeto de intervenção profissional é essencial para concretizar o trabalho, fugir de improvisações, planejar e dar a ele sentido teleológico” (Garcia; Prada, 2019, p.99). Esse princípio também foi o que orientou a elaboração do projeto de intervenção do IFRJ/SG.

Para elaborar o projeto, consideramos o perfil dos usuários da assistência estudantil: jovens majoritariamente autodeclarados pardos e negros, cuja renda familiar gira em torno de 1 ou 2 salários mínimos. Com efeito, as pesquisas internas elaboradas pela Coordenação de Assistência Estudantil do campus mostraram que, em relação aos usuários, comparando o período pandêmico ao ano de 2019, a diferença que se notou foram as *demandas*. Em especial, a garantia de vínculo com a instituição e a garantia de mínimas condições sociais com a manutenção do auxílio emergencial.

Dessa forma, esse projeto de intervenção foi desenvolvido como um espaço para que pudéssemos realizar reflexões sobre as demandas as quais cercavam a realidade dos estudantes e elaborar ações, no âmbito do Serviço Social, mais assertivas, que os contemplassem em suas especificidades e, também, pluralidades. Dessa forma, os objetivos gerais, específicos e o público-alvo do projeto foram:

a) Objetivo Geral: Promover encontros virtuais via *Google Meet* com os alunos para debater coletivamente questões relativas à juventude e a temática de saúde mental na contemporaneidade, tendo como perspectiva construir um espaço de troca e acolhimento.

b) Objetivos Específicos

1. Realizar encontros virtuais síncronos através da plataforma *Google Classroom*, de maneira a criar espaços de debates coletivos guiados pelo questionamento “E fora dos *stories*, você tá bem?”;
2. Refletir em conjunto com a equipe de Serviço Social sobre a prática do cuidado como um mecanismo que amplie as condições de permanência estudantil;
3. Compreender o impacto da pandemia no cotidiano dos discentes (suas condições de vida, trabalho e saúde);
4. Fazer um levantamento bibliográfico e documental acerca de temas que envolvem a juventude, a pandemia e seus impactos na vida social;
5. Refletir junto à equipe de Serviço Social sobre atribuições e competências do Assistente Social nas demandas sobre saúde mental na Política de Educação;

6. Democratizar informações sobre o acesso dos alunos aos seus direitos sociais, visando a ampliação e consolidação da cidadania, numa perspectiva democrática e emancipadora.

c) Público-alvo: Alunos da turma do 5º período do curso Técnico em Química, por, na época, estar exatamente no meio do processo de formação e, assim, conhecer bem as realidades pré e pós pandemia<sup>9</sup>. A escolha dessa turma foi pensada de maneira estratégica, pois a professora à época, do curso Técnico em Química, possuía vínculo com os alunos, fazendo com que os mesmos se sentissem confortáveis para falarem de suas angústias.

Angelo (2019), ao analisar a dimensão pedagógica da profissão e sua inter-relação com os docentes das IFETs demonstra que esta constitui-se como uma ferramenta potente de conscientização através da dimensão político-pedagógica da profissão, ou seja, a capacidade de reforçar valores e comportamentos dos usuários, que podem gerar mudanças em suas subjetividades. Ao contarmos com a articulação com outros servidores da instituição para a implementação desse projeto – a fim de darmos respostas às demandas de adoecimento mental, reforçamos essa premissa, visto que esta primeira demandava uma intervenção ampliada no que tange aos outros servidores técnico-pedagógicos. Apesar do formato híbrido ter impedido que fosse realizado o objetivo principal do projeto, a intenção de compartilhá-lo com outros servidores e contar com o apoio deles se concretizou e foi muito bem recebida.

No dia 14/11/2021, realizamos através do Google Meet uma reunião com as supervisoras, as estagiárias e os demais setores da instituição de ensino. O objetivo da mesma era de realizarmos o debate sobre as estratégias e possibilidades a serem desenvolvidas para que a implementação do Projeto de Intervenção pudesse ser executada. Destarte, a sugestão conjunta dada durante a reunião pelos outros profissionais foi que utilizássemos o momento final das atividades presenciais ministradas pelas professoras de Educação Física e Química referentes ao período de 2021.2 para construirmos os debates coletivos com os estudantes.

Sendo assim, no dia 20/12/2021, fomos presencialmente ao campus SG em uma das aulas presenciais da disciplina de Educação Física e apresentamos a ideia do Projeto para os estudantes – que a receberam bem – e realizamos outras atividades junto à professora e ao resto da equipe da AE. Nesse aspecto, a dimensão político-pedagógica revelou-se, novamente, como

---

<sup>9</sup> Não foi obrigatória a participação dos estudantes e a atividade seria realizada de acordo com a disponibilidade dos alunos, compreendendo os limites e as particularidades individuais, além dos distintos acessos que cada um possuía em relação à internet e aos aparelhos eletrônicos necessários.

peça fundamental para que possamos vislumbrar uma educação de potencial emancipatório. Através dela,

O Assistente social pode fomentar a reflexão, o desvelar, e construir, com os docentes e gestores educacionais, com a contribuição de outras categorias profissionais, a leitura dos reflexos conjunturais sobre a vivência estudantil dos alunos, e como o docente pode, na sua prática, transformar ou reproduzir esses contextos (Angelo, 2019. p. 119).

Durante o período de estágio, conseguimos realizar de maneira incompleta alguns dos objetivos principais, sendo estes: um encontro virtual assíncrono; um encontro presencial, no dia 20/12/2021; refletir conjuntamente à equipe de Serviço Social sobre a prática do cuidado como um mecanismo que amplia as condições de permanência estudantil; compreender o impacto da pandemia no cotidiano dos discentes, refletir também sobre atribuições e competências do Assistente Social nas demandas sobre saúde mental na Política de Educação e, em algum grau, democratizarmos informações em relação aos direitos sociais dos alunos. Esta incompletude se deu, principalmente, por conta da realidade pandêmica – de isolamento social. Apesar disso, a experiência da não implementação completa do projeto, por conta da pandemia, nos conferiu o encontro direto com a realidade da precarização do ensino público que se agravou neste período.

Dessa maneira, a apreensão dessa realidade e a compreensão desses entraves também fazem parte da análise crítica sobre o estágio e sobre a dimensão político-pedagógica da profissão. Apesar da não implementação por completo do projeto, a possibilidade de construí-lo foi muito rica, pois o objetivo principal do projeto, foi de poder criar um espaço seguro e acolhedor, para que interagíssemos e refletíssemos sobre a realidade que permeava os estudantes, seu lugar no mundo, suas demandas, pluralidades e necessidades, para que fosse possível identificar e intervir de maneira crítica e propositiva.

Aqui, ressaltamos a importância da dimensão investigativa da profissão e de considerar o próprio estudante como agente mobilizador. Segundo Angelo (2019), estes elementos tornam possível que as condições profissionais, de vida e de perfil dos estudantes, que interferem nos processos de reprodução das questões sociais sejam desveladas, e que, ainda, ao considerar o estudante como agente mobilizador, traduz-se um espaço significativo para promover estratégias educativas de potencial emancipatório.

Por fim, é através dessa compreensão que se revela a dimensão pedagógica da profissão, e como ela se constitui como chave fundamental para que a categoria possa atuar e intervir de forma articulada e comprometida com os interesses da classe trabalhadora na política de educação – nesse caso, especificamente na Assistência Estudantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as reflexões apresentadas ao longo deste trabalho, buscamos compreender como a dimensão político-pedagógica do serviço social pode contribuir na busca por uma política de educação de potencial emancipador e que atenda aos anseios da classe trabalhadora, tendo o relato de experiência como exemplo. Essa dimensão somada ao projeto ético-político da profissão e às potencialidades da atuação profissional, principalmente na Rede Federal de Ensino, formam um conjunto de ferramentas que nos possibilitam pensar num modelo de educação que seja pautado pelo horizonte da emancipação da classe trabalhadora.

Durante a experiência de estágio no IFRJ/SG foi possível realizar algumas reflexões sobre a importância da atuação do assistente social na política de educação em consonância com o projeto ético-político da profissão. No contexto pandêmico, estar atento às questões de adoecimento e saúde mental nos mostrou como o projeto de intervenção pode contribuir neste sentido, e como a reflexão sobre a realidade nos possibilita pensar em alternativas possíveis.

A partir do que foi exposto ao longo deste trabalho, não buscamos definir ações únicas e não transmutáveis, mas sim, demonstrar como estas são possíveis de serem pensadas, e como o ambiente de estágio e o projeto de intervenção podem contribuir para que isso se efetive. Dessa maneira, ressaltamos a importância do caráter político-pedagógico do serviço social, que pautado no Código de Ética da profissão, é capaz de promover reflexões frutíferas tanto para a equipe, quanto para o conjunto dos usuários, que nos desafiam a pensar de forma crítica, propositiva, interventiva, político-pedagógica e multidisciplinar.

Ademais, destacamos também a riqueza que a experiência de estágio traz para a formação profissional. É através da experiência, na prática, que somos capazes de pôr em prática todo o conhecimento adquirido ao longo da graduação e realizarmos as reflexões que aprendemos que devemos ter no nosso fazer profissional, para que possamos realizar uma intervenção qualificada frente aos desafios que nos são colocados. Portanto, reforçamos a potencialidade da atuação profissional nos Institutos Federais, e a necessidade de sempre nos perguntarmos e refletirmos sobre porquê e para quem estamos atuando. Através dessas reflexões é que é possível tomarmos consciência e atuarmos na luta e perspectiva por um novo horizonte, de potencial emancipador.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. Cortez Editora, 2016.

ALMEIDA, NLT; FÉRRIZ, AFP. O trabalho do/da assistente social na política de educação em tempos de gerencialismo. In: BARBOSA, Mayra de Queiroz. PEREIRA, Adriana Freire (Org). **Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação**. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, p. 15-31, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29901/1/panorama-da-insercao-assistente-social-ri.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ANGELO, Williana. Análise sobre a dimensão político-pedagógica do trabalho do assistente social na inter-relação com os docentes: uma reflexão necessária. **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo, p. 107-129, 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 1, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm). Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, v. 134, n. 248, p. 2783427841-2783427841, 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 1-1, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 14 ago. 2024.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. Cortez Editora, 2006.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf). Acesso em: 14 ago. 2024.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética do/a Assistente Social Lei 8662/93**. 1993. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 14 ago. 2024.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; PRADA, Talita. Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: expansão, dilemas e desafios. **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo, p. 85-106, 2019.

GOVERNO DO BRASIL. **Brasil conectado**. Disponível em:  
<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/800-dias/brasil-conectado>.  
Acesso em: 14 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Criação, Estrutura e Organização**. Disponível em:  
<https://portal.ifrj.edu.br/aceso-a-informacao/criacao-estrutura-e-organizacao> . Acesso em: 14 ago. 2024.

LIMA, Gleyce Figueiredo. **Educação Pública e Combate à Pobreza**: a política de assistência estudantil no IFRJ/Campus São Gonçalo (2008 2015). 2017. Tese de Doutorado. Tese de doutorado. PPGSS/UFRJ. Rio de Janeiro.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** – Temporalis, ano II, nº3 – janeiro a junho de 2001. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

RPN apóia MEC para disponibilizar internet móvel a estudantes de baixa renda. Disponível em:  
<https://www.rnp.br/noticias/rnp-apoia-mec-para-disponibilizar-internet-movel-estudantes-de-baixa-renda>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, v. 12, p. 152-165, 2007. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.